**Modelo de procuração para divórcio consensual em cartório no Brasil**

*Leia atentamente o modelo e preencha as lacunas com as informações necessárias. Caso julgue o teor adequado, copie e cole o modelo no requerimento de procuração no sistema e-consular. Advogados, cartórios brasileiros ou a instituição que irá receber a procuração devem ser consultados previamente sobre a adequação do modelo abaixo à finalidade da procuração.*

*--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------*

a quem confere amplos poderes para o fim especial de representá-lo(a) junto a Cartório de Notas na lavratura da escritura pública de divórcio consensual, mediante a apresentação da documentação necessária, nos termos do art. 731 e 733 do Código de Processo Civil, com o objetivo de dissolver o vínculo matrimonial relativo ao seu casamento com (*nome do outro cônjuge*) \_\_\_\_\_\_, e, em seu nome, declarar: 1) que (*“não há filhos comuns do casal” ou “da união conjugal nasceu(ram): \_\_\_\_\_\_, nascido(a) em \_\_/\_\_/\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_\_, nascido(a) em \_\_/\_\_/\_\_\_\_, absolutamente capaz(es)”*) \_\_\_\_\_\_; 2) que (“*não há fixação de pensão alimentícia” ou “há fixação de pensão alimentícia”*) \_\_\_\_\_\_; 3) que (*“não há bens a partilhar” ou “há bens a serem partilhados”, distinguindo o que é patrimônio individual de cada cônjuge do que é patrimônio comum do casal, conforme o regime de bens aplicável*) \_\_\_\_\_\_; 4) que (*a cônjuge virago não se encontra em estado gravídico ou desconhece que esteja grávida*); \_\_\_\_\_\_; 5) que está ciente das consequências do divórcio, firme no propósito de pôr fim à sociedade conjugal e ao vínculo matrimonial, sem hesitação, com recusa de reconciliação; e 6) que o(a) outorgante (“*voltará a usar o nome anterior ao casamento” ou “manterá o nome de casado(a)*”) \_\_\_\_\_\_; podendo, para tanto, requerer e assinar a respectiva escritura pública com as cláusulas e condições de estilo, juntar, retirar e apresentar documentos, prestar declarações e informações, dar recibos e quitações, rerratificar e constituir advogado com os mais amplos poderes para a necessária assistência no momento da lavratura do ato; conferindo, ainda, poderes ao outorgado para representá-lo junto ao Cartório de Registro Civil competente, para, mediante a apresentação do traslado da escritura pública de divórcio, providenciar a necessária averbação do ato no assento do casamento; enfim, praticar todos os demais atos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, que terá o prazo de validade de 30 (trinta) dias, nos termos da resolução nº 35, de 24 de abril de 2007, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (*“Vedado o substabelecimento” ou “Autorizado o substabelecimento”*) \_\_\_\_\_\_.